

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

A pedido da Lava Jato, Justiça Federal bloqueia bens de Beto Richa

**Ex-governador teve bens retidos em
R\$ 20 milhões; ex-secretários e primo de Richa
também são alvos de bloqueio na Operação Piloto**

*As acusações apontadas pelo MPF
são relacionadas à licitação na PPP
para duplicação da PR-323*

Pedro Moraes
Reportagem Local

O juiz federal substituto Paulo Sérgio Ribeiro acolheu pedido da força-tarefa Lava Jato do MPF-PR (Ministério Público Federal no Paraná) para bloquear cerca de R\$ 80 milhões em bens dos réus da Operação Piloto - entre eles o ex-governador Beto Richa (PSDB), no valor de aproximadamente R\$ 20 milhões. A acusação de 5 de junho deste ano denunciou além do ex-governador, os ex-secretários Ezequias Moreira e Pepe Richa, o primo do ex-governador Luiz Abi Antoun, o contador Dirceu Pupo Moreira, Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller pela prática dos crimes de corrupção ativa e passiva, fraude licitatória e lavagem de dinheiro. "As medidas patrimoniais constritivas visam acautelar não apenas a reparação mínima

do dano, mas também assegurar valores equivalentes ao produto ou proveito do crime e garantir o pagamento das custas processuais e penas de multa", afirma a decisão do juiz.

As acusações apontadas pelo MPF teriam ocorrido em 2014 e são relacionadas à licitação na Parceria Público Privada para exploração e duplicação da PR-323, que liga as cidades de Maringá e Francisco Alves, no noroeste do Paraná. A denúncia é considerada a terceira em que o ex-chefe do executivo do Paraná está envolvido no âmbito da Lava Jato. A operação Piloto foi deflagrada em setembro de 2018 a partir do conteúdo de depoimentos de colaboradores ligados ao grupo Odebrecht, que revelaram esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina visando o favorecimento do consórcio liderado pela construtora na licitação de concessão da PR-323.

No Setor de Operações Estruturadas da empresa, Richa era tratado pelo codinome "Piloto". Procurada, a defesa do ex-governador disse que irá se manifestar somente nos autos do processo, "diante da insistência repetitiva do Ministério Público Federal, relativamente ao tema de indisponibilidade de bens". Já a defesa de Luiz Abi Antoun afirmou que ele "provará sua inocência na Justiça".

Segundo o apurado pelo MPF, os agentes públicos teriam recebido cerca de R\$ 7,5 milhões para não ameaçar a licitação e descumprir formalidades legais. "Não se tratava de uma licitação qualquer: era, na realidade, a maior licitação da história da pasta."

CONTINUA

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O contrato representava recebimentos totais na órbita de R\$ 7,7 bilhões”, narra o MPF. O ex-assessor de Richa, Deonilson Roldo, teria recebido pelo menos R\$ 4 milhões da Odebrecht agindo em nome do ex-governador, seu irmão e Ezequias. Uma das provas apresentadas pelo MPF para fundamentar a denúncia é a gravação de uma conversa em que Roldo pede ao executivo de outra empresa que não disputasse a licitação, porque o governo já teria “compromisso” com o consórcio posteriormente vencedor.

Em 2018, quando concorreu ao Senado, Beto Richa informou à Justiça Eleitoral patrimônio de R\$ 4.839.118,14, contra R\$ 5.547.332,88 declarados em 2014, quando foi reeleito no Palácio Iguazu. O montante diminuiu em R\$ 708 mil, representando uma queda de 12%. Em 2014, o tucano tinha mais de R\$ 3 milhões investidos em uma carteira diversificada de investimentos em ações em empresas como Petrobras, CNS e Vale do Rio Doce e imóveis. No ano passado, o maior volume de bens (88%) vem de um empréstimo de R\$ 3,25 milhões, segundo informação do TSE. Já investimentos em ações caíram para R\$ 621 mil e aplicação em renda fixa está em R\$ 824 mil e não havia imóveis.

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

PGR envia parecer contra investigação de Moro no caso hackers

Rafael Moraes Moura

Agência Estado

Brasília - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou nesta quarta-feira (14), ao STF (Supremo Tribunal Federal) um parecer contrário à abertura de uma investigação criminal contra o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, por conta de sua atuação na Operação Spoofing, que apura a invasão de celulares e obtenção de dados de autoridades por meio do aplicativo Telegram.

O pedido de abertura de investigação foi apresentado ao STF pela presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, que acusa Moro da prática dos crimes de abuso de au-

toridade, violação de sigilo funcional e supressão de documento. Segundo a petista, usar dados obtidos de uma investigação sigilosa para "benefício próprio e até mesmo sugerir a destruição de provas" demonstraria ingerência do ministro nas investigações da Polícia Federal. No parecer, a procuradora alega que não verificou indícios da prática de crimes por Moro.

O caso está sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia, que ainda não decidiu se atende ou não o pedido dos petistas. "Do que consta, houve apenas informação a determinadas autoridades públicas no sentido de que teriam sido elas também vítimas do crime investigado", escreveu Raquel Dodge.

Sabatina de Eduardo Bolsonaro no Senado pode ser secreta

Monica Bergamo

Folhapress

São Paulo- A sabatina de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) no Senado, que tem que aprovar o nome dele para a embaixada do Brasil nos Estados Unidos, pode ser secreta. A sinalização foi dada pelo senador Nelson Trad (PSD-MS), que preside a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Numa sabatina com candidatos às embaixadas da Bulgária e da Hungria, o senador afirmou que, se os diplomatas "assim quiserem", a sessão ser fechada. Eles seguiram falando em audiência aberta. A sessão secreta está pre-

vista na Constituição, mas via de regra ela ocorre de forma pública. Nelson Trad afirma que apenas seguiu uma praxe. "Eu leio esse texto nas sabinas de todos os embaixadores. É praxe", afirma. "Se algum deles quiser tratar de questões delicadas e, por questão de segurança nacional, pedir que a sabatina seja fechada, nós podemos atender, depois de aprovação do plenário", diz ele. O parlamentar afirma que sua iniciativa nada tem a ver com a sabatina do filho do presidente Jair Bolsonaro. "Qualquer coisa que a gente faz agora dizem que é por causa do Eduardo", afirma ele.

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

Inquérito

das fake news vai 'apurar tudo', diz Toffoli

De acordo com o presidente do STF, investigação também vai se voltar para a identificação de ações criminosas e associações de pessoas

Rafael Moraes Moura

Agência Estado

Brasília - O inquérito instaurado pelo Supremo Tribunal Federal para apurar ameaças, ofensas e fake news disparadas contra integrantes da Corte e seus familiares vai apurar infrações cometidas "em toda a sua extensão", informou o presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

De acordo com Toffoli, a investigação, que corre sob sigilo, também vai se voltar para a identificação de ações criminosas e "associações de pessoas".

A manifestação escrita de Toffoli foi encaminhada ao ministro Edson Fachin, relator de uma ação movida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) contra a abertura do inquérito. O relator havia pedido informações ao presidente da Corte.

Para Toffoli, a portaria que instaurou o inquérito "evidencia legítima manifestação de vontade do Supremo Tribunal Federal em ver instaurada investigação contra supostos autores de crimes contra a honorabilidade e a segurança da Corte".

"A apuração das infrações que motivaram a instauração do inquérito, como consignado na portaria, deverá ocorrer 'em toda a sua dimensão', o que compreende não apenas a investigação de ações criminosas isoladamente praticadas, como também a identificação de associações de pessoas constituídas com o fim específico de perpetrar, de forma sistemática, ilícitos que vão de encontro aos bens jurídicos em questão", escreveu o presidente do STF.

Em sua manifestação, Toffoli destacou que o foco das investigações compreende também "o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Supremo Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito".

Fachin já liberou a ação da ANPR contra o inquérito para a análise do plenário, mas ainda não há previsão de quando o caso vai ser discutido pelo colegiado.

Segundo o Estado/Broadcast apurou, Toffoli deve aguardar a conclusão das investigações do inquérito instaurado para levar o tema para análise dos colegas.

A apuração só deve ser encerrada em meados de janeiro de 2020.

RECEITA

Foi no âmbito do inquérito das fake news que o relator, ministro Alexandre de Moraes, determinou a suspensão imediata de todos os procedimentos investigatórios instaurados na Receita Federal envolvendo 133 contribuintes que entraram na mira do órgão por indícios de irregularidades, informou a assessoria da Corte.

Alexandre também decidiu afastar temporariamente dois servidores da Receita por "indevida quebra de sigilo": Wilson Nelson da Silva e Luciano Francisco Castro.

Conforme revelou o jornal O Estado de S. Paulo em fevereiro deste ano, a Receita Federal incluiu a advogada Roberta Maria Rangel, mulher do ministro Dias Toffoli, presidente do STF, e a ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, entre contribuintes alvo de apuração preliminar por indícios de irregularidades tributárias.

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

Violência contra a mulher

Londrina - O 2º Seminário de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com enfoque na educação será realizado nesta sexta-feira (16), das 8h às 18h, na sede da OAB (r. Governador Parigot de Souza, 311). A empresária e modelo Luiza Brunet estará presente como embaixadora do Programa Mãos EmPENHAdas contra Violência. Haverá palestras sobre o trabalho realizado no TJPR pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Paraná e também sobre a Comissão Nacional Especializada em Violência Sexual e Interrupção da Gestação prevista em Lei da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria. Será lançado o projeto "Mãos EmPENHAdas contra a Violência", pela idealizadora, a juíza Jacqueline Machado, de Campo Grande (MS). As inscrições podem ser feitas no www.sympla.com.br.

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

Elize desistiu de 'saidinha' da cadeia no Dia dos Pais

Defesa da detenta informou que não sabe se
ela vai abrir mão do direito nas próximas datas
comemorativas

Felipe Cordeiro

Agência Estado

São Paulo - A detenta Elize Araújo Kitano Matsunaga, condenada em 2016 por matar e esgarçar o presidente da Yoki, Marcos Kitano Matsunaga, em 2012, desistiu de deixar temporariamente a cadeia na "saidinha" do Dia dos Pais. Elize havia conseguido a progressão da pena para o regime semiaberto, e sua saída temporária estava autorizada pela Justiça.

Elize poderia ter deixado a Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier, em Tremembé, no interior de São Paulo, na quinta-feira (8), e deveria retornar nesta quarta-feira (14). Ela tem uma filha, de 7 anos, fruto do relacionamento com Matsunaga. A menina está sob os cuidados dos avós paternos.

O advogado de Elize, Luciano Santoro, afirmou à reportagem que foi uma decisão pessoal dela e que não pode prever se a detenta usará o direito à "saidinha" nas próximas datas comemorativas previstas na lei: Dia de Finados, em novembro; e Natal/ano-novo, em dezembro. Procurada, a

SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) de São Paulo declarou que não fornece informações individuais sobre detentos.

A saída temporária de presos em determinadas ocasiões está prevista desde 1984 na LEP (Lei de Execução Penal) e contempla apenas detentos do regime semiaberto que tenham cumprido determinado tempo da pena. Além disso, eles devem apresentar bom comportamento. Nos dias que antecedem algumas datas comemorativas, o juiz da Vara de Execuções Penais edita uma portaria que determina os critérios para concessão do benefício da saída temporária e as condições impostas aos presos, como o retorno no dia e hora determinados.

Durante a "saidinha", o preso deve manter o mesmo comportamento que tem dentro do presídio ou no trabalho externo. Ele não pode, portanto, frequentar bares, boates, embriagar-se, andar armado ou praticar qualquer delito.

CONDENAÇÃO

Em dezembro de 2016, em resultado surpreendente, a ba-

charel em Direito Elize Matsunaga foi condenada a 19 anos e 11 meses de prisão em regime fechado por ter matado e esgarçado o marido, em 2012.

A pena máxima prevista para os dois crimes era de 33 anos de reclusão, mas o Conselho de Sentença eliminou duas das três qualificadoras no homicídio. Apesar de comemorar o entendimento dos jurados, a defesa de Elize considerou a pena alta e recorreu.

Na época, os advogados de defesa tentaram reconstruir o passado humilde de Elize, como uma menina que saiu do interior do Paraná e se prostituiu para pagar a faculdade. Sustentando a tese de que ela havia reagido a uma provocação injusta, a defesa abordou questões de violência doméstica. "Nem sempre a violência é física. O olho roxo desaparece; o sentimento, jamais", afirmou o advogado Luciano Santoro.

A pena foi recalculada para 18 anos e nove meses, em razão do tempo de Elize na prisão e trabalhos realizados na penitenciária. Depois, a Quinta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) reduziu para 16 anos e três meses.

15 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Estágio no MP de Londrina

O MP (Ministério Público) do Paraná, comarca de Londrina, lançou o edital 112/19, que prevê a contratação de estagiários para atuarem nas mais diversas atividades do órgão. As vagas são para adolescentes com idade a partir de 16 anos, que obrigatoriamente deverão estar cursando o ensino médio regular ou profissionalizante. A bolsa paga é no valor de R\$ 875,00, além do vale transporte no valor de R\$ 170,00. As inscrições começam na próxima segunda-feira (19) e deverão ser feitas pelo site até o dia 20 de setembro de 2019. Após a inscrição pela internet, os cadastros deverão ser entregues presencialmente na sede do MP (Ministério Público) na rua Capitão Pedro Rufino, 605, jardim Europa, no horário das 13h30 às 17h30. O edital completo está disponibilizado no site do MP.

15 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça bloqueia R\$ 20 milhões de Beto Richa a pedido da LavaJato

SÃO PAULO | UOL A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal no Paraná teve pedido acolhido pela Justiça Federal de bloqueio de bens e ativos financeiros de investigados na Operação Piloto, que tem como principal alvo o ex-governador Beto Richa (PSDB).

O tucano, ex-prefeito de Curitiba (2005 a 2010) e governador do Paraná de 2011 a 2018, teve R\$ 20 milhões bloqueados pelo pedido.

O despacho prevê a indisponibilidade de bens imóveis e de veículos, além do sequestro de parte de imóvel citado no esquema de corrupção.

Apresentada em 5 de junho, a acusação do MPF denunciou Richa, Ezequias Moreira, Pepe Richa, Luiz Abi Antoun, Dirceu Pupo Moreira, Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller sob acusação de crimes de corrupção ativa e passiva, fraude licitatória e lavagem de dinheiro, relacionadas à licitação na Parceria Público Privada (PPP) para exploração e duplicação da PR-323, rodovia que liga as cidades de Maringá e Francisco Alves, no noroeste do Paraná.

A defesa de Richa informou apenas que vai se manifestar nos autos do processo.

15 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

Promotor que impôs esterilização em mulheres é suspenso

Membro do Ministério Público de São Paulo moveu ações em 2017 que determinaram laqueaduras involuntárias

Rogério Pagnan

SÃO PAULO O promotor Frederico Liserre Barrufini, de Mococa (SP), que ficou conhecido ano passado ao ingressar com ações para esterilizar mulheres pobres mesmo contra vontade delas em 2017, será punido com uma suspensão de 15 dias, sem direito a remuneração.

Por maioria dos votos (24 a 7), o Órgão Especial do Colégio de Procuradores decidiu nesta quarta (14) que o promotor infringiu a Lei Orgânica do Ministério Público ao não “desempenhar com zelo e presteza duas atribuições”.

A suspensão terá início quando for publicada no Diário Oficial do estado, o que ainda não tem data prevista para ocorrer. Não cabe recurso. No período da suspensão, ele ficará sem receber salários e outros benefícios.

O pedido inicial da Corregedoria era para uma punição de 30 dias, dez dias para cada vítima, mas a maioria votou por uma sanção menos severa. Após a votação, a

defesa se disse satisfeita com o resultado do julgamento.

De acordo o relatório da investigação, do procurador Marcio Sergio Christino, Barrufini teria agido de forma idêntica contra quatro mulheres da cidade, todas pobres e viciadas em algum tipo substância química.

Apenas no caso de uma delas havia autorização para uma intervenção cirúrgica de laqueadura tubária, método de esterilização definitivo, assinado pela mãe da moça, que teria deficiência mental leve. O promotor respondeu pelos três outros casos.

Barrufini estava em Mococa desde setembro de 2014. Atuava em varas como da infância e juventude, de direitos humanos, com abrangência da defesa do idoso, pessoa com deficiência, inclusão social e saúde pública.

“Ele [Barrufini] chegou a usar a força policial para internação de uma delas para realizar a laqueadura. A Polícia Civil foi acionada para localizar uma das vítimas para ser submetida à cirurgia de

laqueadura”, disse Christino.

Dos procuradores que defenderam a punição, um dos mais contundentes foi Luiz Antonio Guimarães Marrey que chegou a comparar a prática com o que aconteceu no regime nazista — que autorizou a esterilização daqueles considerados mais fracos. “Não podemos nos omitir diante de um fato desses”.

Rodrigo César Rebello Pinho também criticou o colega de Mococa e lembrou que o Brasil faz parte do Tratado de Roma, que considera a esterilização involuntária crime contra a humanidade.

Entre os sete procuradores que defenderam a absolvição, a alegação foi não ter visto dolo por parte de Barrufini, considerado um promotor de conceito ótimo na instituição, e que o profissional admitiu ter se equivocado.

“Não há nenhuma arbitrariedade”, disse João Antonio Garreta Prats, que, ao votar pela menor pena, de 15 dias, manifestou seu descontentamento com a punição. “Faço com dor no coração.”

FOLHA DE S. PAULO 15 AGO 2019

Corrida para chefiar PGR embaralha, e Bolsonaro adia decisão sobre sucessão

Presidente acena ao subprocurador-geral José Bonifácio de Andrada,
7º em eleição da categoria

Gustavo Uribe, Talita
Fernandes e Thais Arbex

BRASÍLIA Com uma corrida embaralhada pelos candidatos ao comando da Procuradoria-Geral da República (PGR), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) decidiu adiar o anúncio para as próximas semanas. A informação foi confirmada à Folha pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira.

“Ele deixará para a semana que vem. Ele ontem [terça, dia 13] falou que esperaria até a semana que vem ou talvez a seguinte”, afirmou Oliveira.

Oliveira é um dos principais conselheiros de Bolsonaro para assuntos jurídicos. Ele tem acompanhado as agendas presidenciais com os candidatos ao cargo de procurador-geral da República. A indicação de Bolsonaro precisa ser aprovada depois pelo Senado.

Bolsonaro havia prometido o anúncio para esta semana. Mas, em evento nesta quarta-feira (14) em Parnaíba (PI), afirmou que está tendo dificuldades em definir o nome do novo PGR.

“Tenho tempo ainda. Está difícil a escolha, tem muitos bons nomes. Tenho certeza que o escolhido, além de ser aprovado pelo Senado, todos se orgulharão dele”, afirmou.

A declaração de Bolsonaro acontece um dia depois de ele ter feito um gesto ao sub-

procurador-geral da República José Bonifácio de Andrada, com quem se reuniu no Palácio do Planalto.

Na terça, o presidente deu indicações a Andrada de que seu nome desponta como um dos favoritos para suceder Raqueel Dodge, cujo mandato termina em setembro.

“Eu quero uma pessoa que esteja alinhada a e afinada com o futuro do Brasil. Que não seja xiita na questão ambiental, na questão de minorias, na questão indígena, dentre outros. Queremos um PGR que esteja preocupado em destravar a economia”, disse Bolsonaro em Parnaíba.

Para que o cargo de PGR não seja ocupado por um interino, é necessário que o nome escolhido seja sabatinado e aprovado pelo Senado antes do dia 17 de setembro, quando Dodge deixa o posto.

“O objetivo é ter maior convicção na decisão que ele tomara. E também respeitar o mandato vigente”, afirmou Oliveira sobre o prazo de escolha.

O ministro disse que, embora haja um universo grande de candidatos, o presidente já tem seus preferidos a partir das conversas que teve.

Na semana passada, o presidente recebeu os subprocuradores-gerais Marcelo Rabello e Paulo Gonet e o procurador regional Lauro Cardoso.

Ele teve audiências privadas com os subprocuradores-

gerais Mário Bonsaglia, José Bonifácio Andrada e Antonio Carlos Soares na terça. Bonsaglia, primeiro colocado na lista da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), foi o único nome da lista tríplice a ter se encontrado com Bolsonaro.

Já Andrada, católico e de perfil conservador, é integrante da Opus Dei. Durante a campanha pela lista tríplice, ele declarou, por exemplo, ser contra a legalização do aborto.

Para além da agenda de costumes em sintonia com a de Bolsonaro, o subprocurador também tem bom relacionamento com as Forças Armadas. Ele estudou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena (MG), e até hoje se encontra com os colegas que seguiram carreira na Força Aérea Brasileira.

Andrada foi vice-procurador-geral de Rodrigo Janot de 2016 a 2017. À época, sua indicação foi vista como uma sinalização do então procurador-geral à ala mais conservadora do MPF (Ministério Público Federal).

De acordo com relatos feitos à reportagem, Andrada teria dito ao presidente que só poderia aceitar um eventual convite formal depois de consultar seus colegas do Ministério Público Federal. A expectativa era a de que ele se reunisse com os pares ainda nesta quarta-feira.

CONTINUA

15 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O subprocurador foi um dos dez candidatos à lista tríplice da PGR. Com 154 votos, acabou na sétima posição. Desde que saiu o resultado, em 18 de junho, Andrada submergiu —cumprindo um acordo informal entre os postulantes.

A ordem era a de que, definida a lista tríplice, os demais nomes tirariam o time de campo e não trabalhariam por fora para conquistar Bolsonaro —embora o presidente não seja obrigado a respeitar o resultado da lista.

Mário Bonsaglia, Luiza Frischeisen e Blal Dalloul foram os três mais votados na eleição que é organizada desde 2001 pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Auxiliares do presidente no Planalto apontam como empecilho a ligação de Andrada com o PSDB. Ele foi advogado-geral da União durante o último ano de governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e advogado-geral de Minas Gerais de 2003 a 2010, quando o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) era governador do estado.

Descendente do patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, ele é filho do ex-deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) —que, no ano passado, aos 88 anos, decidiu não disputar a reeleição após 15 mandatos legislativos.



Tenho tempo ainda. Está difícil a escolha, tem muitos bons nomes. Tenho certeza que o escolhido, além de ser aprovado pelo Senado, todos se orgulharão dele

Jair Bolsonaro
presidente da República, sobre a
escolha do novo procurador-geral

Entenda a escolha do novo PGR

ETAPAS

Votação A ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) faz uma eleição para definir quem a categoria quer no cargo de procurador-geral da República

Candidatos Qualquer procurador do Ministério Público Federal pode se candidatar. Cada eleitor pode votar em mais de um nome

Lista Os três mais votados compõem uma lista tríplice que é enviada ao presidente da República. O presidente não precisa aderir à lista, mas essa tem sido a tradição desde 2003

Sabatina O escolhido precisa ser aprovado em sabatina do Senado. O mandato é de dois anos

QUEM ESTÁ NA DISPUTA

- **Mário Bonsaglia**
1º na lista tríplice
- **Luiza Frischeisen**
2ª na lista tríplice
- **Blal Dalloul**
3º na lista tríplice
- **Raquel Dodge**
Atual procuradora-geral
- **José Bonifácio de Andrada**
- **Augusto Aras**
- **Marcelo Rabello**
- **Paulo Gonet**
Subprocuradores-gerais

O QUE FAZ O PGR

É o chefe do Ministério Público da União (MPU). Representa o MPF no STF e no STJ e tem atribuições administrativas ligadas às outras esferas do MPU

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

Com o Supremo, com tudo

15 AGO 2019

BRASÍLIA O ex-senador Romero Jucá deve estar com inveja. Em poucos meses, o novo governo pôs de pé um pacote para estancar a sangria e redefinir a atuação de órgãos encarregados de fiscalizar atividades financeiras. A ideia ganhou velocidade rara depois que os farejadores se aproximaram da família do presidente e de outras autoridades.

Nas últimas semanas, o ministro Paulo Guedes anunciou a intenção de fatiar a Receita Federal e mudar a estrutura do Coaf — que produz relatórios sobre movimentações suspeitas de dinheiro. O objetivo declarado é limitar a influência política sobre as duas entidades e reduzir sua autonomia para evitar abusos.

Não foram poucas as ocasiões recentes em que órgãos de fiscalização ultrapassaram as fronteiras da lei, mas o movimento de reforma, por enquanto, cheira a oportunismo.

A atuação do Coaf e da Receita tem sido alvo de críticas justas das figuras mais poderosas da cena política. A insatisfação parece ter criado entre os personagens dispostos a frear esses excessos uma aliança incommum — com o Supremo, com tudo.

A decisão do ministro Dias Toffoli de suspender investigações baseadas em relatórios detalhados do Coaf, a pedido da defesa de Flávio Bolsonaro, lançou a primeira ponte. O freio nos inquéritos deu respaldo à articulação do governo para fazer mudanças no funcionamento do órgão, especialmente depois que o presidente do conselho criticou o despacho de Toffoli.

O STF abriu mais um caminho ao mandar interromper apurações da Receita sobre movimentações financeiras de ministros do tribunal. Em pouco tempo, a equipe de Bolsonaro começou a esboçar um novo organograma para a entidade, a fim de circunscrever seus trabalhos.

A atuação ilegal de alguns auditores e servidores explica a reação, mas ela já nasce contaminada pelas circunstâncias políticas. Mudando algumas letras de lugar, o redesenho institucional pode muito bem se transformar num projeto de esvaziamento das estruturas de controle.

15 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

DEFESA O jurista Gilson Gipp, ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), foi contratado pela Unafisco (associação dos auditores federais) para atuar no caso dos fiscais da Receita afastados por decisão de Alexandre de Moraes. Eles depõem nesta quinta-feira (15), em Vitória (ES).

URGE Relatório inédito do CNJ sobre os massacres em presídios do PA e de AM cobra a adoção de planos de contingência nos estados. A ideia é montar grupos com atores locais e federais para sinalizar um fim à crise que resultou no assassinato de 117 presos.

URGE 2 No caso de Altamira (PA), imagens indicam a participação de dois agentes na chacina. A suspeita será encaminhada à Procuradoria-Geral de Justiça para investigação.

VISITAS À FOLHA Felipe Santa Cruz, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, visitou a Folha nesta quarta-feira (14), onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Pierpaolo Bottini, coordenador do Observatório da Liberdade de Imprensa da OAB, e Gisela Mendonça, assessora.

Renato Cury, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, visitou a Folha nesta quarta-feira (14). Estava acompanhado de André Almeida Garcia, diretor da AASP, e Reinaldo De Maria, assessor de imprensa.

15 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

Militar vira réu, acusado de estupro na ditadura

É a primeira vez que é aberto processo para crime desse tipo ocorrido no período; sargento reformado pode recorrer

Mônica Bergamo
e Alex Tajra

SÃO PAULO | UOL O TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) aceitou nesta quarta (14) a denúncia contra o sargento reformado Antônio Waneir Pinheiro de Lima, acusado de sequestrar e estuprar uma presa política durante a ditadura militar.

É a primeira vez que é aberto um processo criminal de estupro cometido por militares no regime.

A acusação foi feita por Inês Etienne Romeu. Na década de 1970, ela foi presa e levada para a Casa da Morte, como ficou conhecido o imóvel em Petrópolis, no Rio de Janeiro, que funcionou como centro clandestino de tortura.

Etienne foi a única sobrevivente dos que passaram pela local. Em seus relatos, ela acusou o sargento reformado dos crimes.

Pinheiro de Lima sempre negou, afirmando que era caseiro do local e que apenas teve contato com Etienne.

Etienne morreu em 2015. Dois anos depois, a 1ª Vara Criminal de Petrópolis arquivou a denúncia. O juiz considerou que não havia provas contra o militar, afirmou que o crime estava prescrito e invocou a Lei da Anistia.

Por 2 votos a 1, os desembargadores da 1ª Turma Especializada do tribunal reverteram a decisão e transformaram o sargento reformado em réu.

Os magistrados contestaram a fundamentação do juiz da primeira instância, o qual afirmou que não haveria indícios suficientes para a sustentação da denúncia.

Responsável pelo acórdão, a juíza federal Simone Schreiber afirmou em seu voto que, mesmo com a constitucionalidade da Lei de Anistia respaldada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), os crimes praticados por militar foram contra a humanidade, e, nesses casos, aplica-se a Convenção Americana dos Direitos Humanos.

De acordo com os magistrados, o Brasil já foi condenado duas vezes na corte internacional por não investigar os crimes da ditadura.

Como o país é signatário de acordos internacionais que exigem que os acusados sejam investigados e não fiquem impunes, eles decidiram que a denúncia deveria ser aceita.

O militar pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça.

Além de única sobrevivente da Casa da Morte, Inês foi a última presa política a ser libertada na ditadura brasileira. Ela integrou grupos de luta armada contra o regime, militando em organizações como Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) e Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop).

Detida pelos órgãos de repressão em São Paulo, acusada de ter participado do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, foi levada ao Rio nos dias seguintes.

Passou 96 dias presa na Casa da Morte, onde foi torturada e estuprada pelos militares.

FOLHA DE S. PAULO

MARILIZ PEREIRA DORGE

O Rio continua lindo

RIO DE JANEIRO Em poucas horas, seis jovens morreram no Rio. Morreram porque eram pobres. Da favela da Grota, da Maré, de Agua Santa, da Tijuca, de Bangu. Não há nenhum indício até agora, no entanto alguns foram enterrados acusados de serem traficantes. Mas, aqui do outro lado do túnel, a vida continua igual e o Rio continua lindo.

É um resultado indesejado, disse uma das autoridades. O porta-voz da PM não vê fracasso em operações que terminam com a morte de inocentes. O governador lamenta todas essas perdas e as futuras que possam acontecer. Cara de visão, já nos antecipa que é assim, tragédia diária na parte feia e esquecida da cidade. Mas o Rio continua lindo.

A av. Niemeyer, que liga a zona oeste e sul, está fechada por causa de risco de deslizamento, o que só piora o trânsito caótico. Mesmo assim o carro do prefeito Marcelo Crivella já foi flagrado algumas vezes passando pelo local com batedores. Para que ficar no congestionamento se você pode dar uma carteirada na fiscalização e fazer o trajeto em 10 minutos? A gestão de Crivella é mais uma calamidade, mas o Rio continua lindo.

Fabio, 13, passa os dias em frente a uma agência bancária no Leblon. Fez amizade com a vizinhança, que leva livros e lanches para o garoto. Desde os nove, vende panos de prato e balas. É o único responsável pelo sustento da casa. O que ele faz no bairro mais rico da cidade é trabalho infantil. Mas o Rio continua lindo.

Crianças da Maré entregaram 1.500 cartas à Justiça pedindo menos violência na comunidade. Uma delas diz: "O ruim das operações nas favelas é que não dá para brincar muito. E também morrem moradores nas comunidades".

Parte o coração, todo mundo se indigna, não falamos em outra coisa por dias, rende assunto nos jornais. Mas logo essas tragédias são digeridas e esquecidas, assim como tantas outras, começa o verão, chega o Carnaval, afinal, o Rio continua lindo.

15 AGO 2019

15 AGO 2019

FOLHA DE S. PAULO

E os militares?

Com atraso, Câmara instala comissão que analisará reforma previdenciária das Forças; custo de inativo da caserna é 17,9 vezes o de segurado do INSS

Só agora, depois de aprovada a reforma da Previdência dos servidores civis e dos trabalhadores da iniciativa privada, a Câmara dos Deputados instalou a comissão que analisará o projeto do Executivo que trata das pensões militares. O sinal parece pouco promissor.

A proposta que dormitava na Casa já provocara críticas quando o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), não por acaso lotado de quadros oriundos da caserna, a deu por conhecer em março.

Ali se evidenciava que a distribuição dos inevitáveis sacrifícios a serem feitos na mudança das aposentadorias poderia não se dar de maneira justa entre os segurados.

Verdade que há na norma em exame providências acertadas e necessárias. Entre elas desponta a extensão do tempo mínimo de serviço (de 30 para 35 anos) para a obtenção de benefícios e o aumento da alíquota de contribuição (de 7,5% para 10,5% dos proventos). Pensionistas também contribuirão, se o texto for aprovado.

Tais medidas, quando em vigor, implicariam economia de R\$ 97 bilhões em uma década, o equivalente a pouco mais de um décimo do esforço imposto aos civis pelo que já se aprovou na Câmara. O projeto do Planalto, entretanto, pretende devolver com a outra mão o que tomara com a dos cortes.

Para apaziguar o estamento militar, Bolsonaro fez incluir no texto benesses que, na prática, ani-

quilam o ganho para o Tesouro.

Entre outras, uma absurda paridade de vencimentos entre militares da ativa e da reserva. Com isso, o respiro orçamentário projetado com a reforma de fãncaria cai para R\$ 10,5 bilhões — em dez anos, cabe lembrar.

Ninguém discute que a carreira militar tenha peculiaridades e mereça algum tratamento à parte. Por outro lado, se de fato existem nela defasagens salariais e distorções acumuladas ao longo de décadas, uma reforma da Previdência seguramente não se afigura como momento adequado para corrigi-las.

Nenhuma consideração dessa ordem se apresentou na formulação das aposentadorias e pensões de civis. Ademais, nunca será demais recordar que o custo social da folha de inativos das Forças Armadas do país já se mostra desproporcionalmente elevado.

O regime previdenciário geral, que atende a algo como 30 milhões de segurados, gera o maior déficit em termos nominais, de R\$ 194 bilhões em 2018. Os cerca de 380 mil reservistas e pensionistas das Forças, por seu turno, custam R\$ 44 bilhões aos contribuintes. Cada beneficiário militar custa, em média, 17,9 vezes um do INSS.

A iniquidade da proposta do Planalto é patente — e destoia do restante da reforma, que em geral abraça princípios corretos. Cabe ao Congresso corrigir ou, pelo menos, reduzir essa discrepância.

BEMPARANÁ 15 AGO 2019

OPERAÇÃO PILOTO

Justiça bloqueia bens de Beto Richa em R\$ 20 milhões

Juiz também determinou indisponibilidade de imóveis de ex-governador

A Justiça Federal do Paraná acolheu pedido da força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal no Paraná (MPF) e determinou o bloqueio de bens e ativos financeiros no valor de até R\$ 20 milhões do ex-governador Beto Richa (PSDB), no âmbito da operação Piloto, que apura suspeitas de fraude em uma licitação para a duplicação da PR-323, no Noroeste do Estado. Além do tucano, a decisão atinge outras seis pessoas investigadas no processo: o irmão do ex-governador, e ex-secretário de Estado da Infraestrutura, José 'Pepe' Richa Filho; o primo do tucano, Luiz Abi Antoun; o contador da família, Dirceu Pupo; Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller.

"As medidas patrimoniais restritivas visam acautelar não apenas a reparação mínima do dano, mas também assegurar valores equivalentes ao produto ou proveito do crime e garantir o pagamento das custas processuais e penas de multa", explicou o juiz da 23ª Vara Federal de Curitiba, Paulo Sérgio Ribeiro, no despacho.

Richa e os demais envolvidos foram denunciados pela Lava Jato em 5 de junho, pela prática de crimes de corrupção ativa e passiva, fraude licitatória e lavagem de dinheiro. O despacho também prevê a indisponibilidade de bens imóveis e de veículos e o sequestro de parte de imóvel citado no esquema de corrupção. As mesmas medidas, com valores proporcionais, foram aplicadas aos outros réus.

A operação Piloto foi deflagrada em setembro de 2018 a partir de denúncias feitas por ex-executivos do grupo Odebrecht, que revelaram esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina visando o favorecimento do consórcio liderado pela Odebrecht na licitação de concessão da PR-323.

Esses pagamentos teriam sido operacionalizados pelo Setor de Operações Estruturadas da empresa em favor do codinome "Piloto", identificado como sendo o ex-governador.

Dissimulado - De acordo com a denúncia, a Odebrecht teria pago R\$ 3,4 milhões em propina a Beto Richa em 2014, para que a empresa fosse favorecida na licitação para as obras na PR-323. O valor foi repassado, segundo a Procuradoria, a Beto Richa, por meio de cotas de um imóvel em valor subfaturado por parte de Rafael Gluck e de José Maria Ribas Mueller, executivos da Tucumann Engenharia, empresa que fazia parte do consórcio e que foi beneficiada pelo esquema criminoso. "Este valor foi dissimulado pela participação da Ocaporã como intermediária, empresa formalmente gerida por Dirceu Pupo Ferreira, mas ligada por intrincadas relações societárias a Beto Richa e seus familiares", informa o Ministério Público Federal.

Compromisso - A acusação tem como base a gravação de uma conversa em que o ex-chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo, pede ao executivo de outra empresa para que não entrasse na disputa pela obra, porque o governo já teria um "compromisso" com o consórcio liderado pela Odebrecht. "Para garantir que o Consórcio Rota das Fronteiras vencesse a licitação para a exploração e duplicação da PR-323, executivos da Odebrecht ofereceram pelo menos R\$ 4 milhões a Denilson Roldo, no interesse de Beto Richa, Pepe Richa e Ezequias Moreira e, para viabilizar o recebimento dissimulado de valores, Dirceu Pupo Moreira e Luiz Abi Antoun atuaram como intermediários", aponta o MPF.

Richa também é réu em outros dois processos pelo crime de lavagem de dinheiro proveniente de propinas do pedágio e de outros esquemas de corrupção em seu governo.

15 AGO 2019

BEMPARANÁ

EM ALTA

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) aumentou o valor da indenização por **DANOS MORAIS** devida pelo Município de Paranaguá **A UM IDOSO** agredido por guardas municipais. Os fatos ocorreram em agosto de 2015, quando o homem de 63 anos de idade foi xingado por um representante da autoridade pública.

BEMPARANÁ 15 AGO 2019

STF aprova orçamento sem aumento para ministros

Tribunal reduz gastos em R\$ 91 milhões por conta de teto constitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, ontem o orçamento da Corte para o ano de 2020, de R\$ 686,7 milhões, e sem a previsão de reajuste nos salários dos ministros. O orçamento é R\$ 91,9 milhões menor que o do ano passado, de R\$ 778,6 milhões. A redução se deu devido à adequação às regras da Emenda Constitucional 95, do teto de gastos públicos, promulgada em 2016.

A emenda previu um período de três anos de adequação do Poder Judiciário, que a partir do ano que vem fica plenamente sujeito às novas limitações orçamentárias. A proposta orçamentária do STF para 2020 será enviada agora ao Poder Executivo, que a incorpora ao Projeto de Lei Orçamentária (PLO), a ser apreciado pelo Congresso Nacional. Mesmo com as novas limitações, o STF garantiu em seu orçamento espaço para renovações nas instalações da Corte, incluindo R\$ 3,3 milhões para a reforma da fachada do edifício-sede.

O maior gasto do tribunal é com salários e encargos de pessoal, que somam R\$ 490,3 milhões. Estão previstos R\$ 39,1 milhões para a contratação de terceirizados, que auxiliam em atividades como limpeza, segurança e comunicação.

Neste ano, o salário dos ministros do STF subiu de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. O reajuste, de 16,3%, foi aprovado em sessão administrativa por 7 votos a 4. O aumento foi depois confirmado pelo Congresso, ocasionando um efeito cascata na administração pública, uma vez que o salário dos ministros serve de teto para a remuneração de todos os servidores públicos. A aprovação da proposta foi feita em menos de um minuto.

Lagostas - Ao longo dos últimos meses, o Supremo foi alvo de críticas após uma série de gastos públicos, como o contrato de R\$ 481,7 mil que prevê compra de lagostas e vinhos para refeições a serem servidas a autoridades. A administração de Toffoli decidiu, por exemplo, abrir recentemente uma licitação milionária para trocar as cortinas dos três andares do edifício-sede da Corte, onde funciona o gabinete do ministro. Por um valor total estimado em R\$ 1.807.219,80, o tribunal pretende instalar cortinas motorizadas do tipo rolô, acionadas por controle remoto.

JORNAL DO ÔNIBUS 15 AGO 2019

Justiça bloqueia R\$ 20 milhões de Richa

Ex-governador é acusado de interferir em licitação da PR-323

A Justiça Federal do Paraná acolheu pedido da força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal no Paraná (MPF) e determinou o bloqueio de bens e ativos financeiros no valor de até R\$ 20 milhões do ex-governador Beto Richa (PSDB). Outras seis pessoas investigadas na operação Piloto, que apura suspeitas de fraude em uma licitação para a duplicação da PR-323, no Noroeste do Estado também tiveram parte de seus bens bloqueados: o irmão do ex-governador, e ex-secretário de Estado da Infraestrutura, José 'Pepe' Richa Filho; o primo do tucano, Luiz Abi Antoun; o contador da família, Dirceu Pupo; Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller.

A operação Piloto foi deflagrada em setembro de 2018 a partir do conteúdo de depoimentos de colaboradores ligados ao grupo Odebrecht, que revelaram esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina visando o favorecimento do consórcio liderado pela Odebrecht na licitação de concessão da PR-323. Esses pagamentos teriam sido operacionalizados pelo Setor de Operações Estruturadas

da empresa em favor do codinome "Piloto", identificado como sendo o ex-governador. ■

JORNAL DO ÔNIBUS 15 AGO 2019

Lewandowski nega proibição de nomeação para embaixada

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou ontem pedido do partido Cidadania (antigo PPS) para que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibisse a indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente Jair Bolsonaro, para embaixador nos Estados Unidos. Para o ministro, a legenda não pode entrar com o tipo de ação apresentada, um mandado de segurança.

O partido argumentou que a indicação fere o entendimento do Supremo, que proibiu o nepotismo. O Cidadania queria uma liminar para que o presidente fosse impedido de indicar o filho e encaminhar o nome para apreciação do Senado. Desde 2008, vigora uma súmula vinculante do STF – de cumprimento obrigatório – que proíbe a indicação de parentes em até terceiro grau, incluindo cônjuges, para cargos da administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e municípios. ▀

PRÊMIO REJEITADO

O coordenador da Lava Jato no Ministério Público no Paraná, Deltan Dallagnol, rejeitou receber um prêmio ao lado do hoje presidente Jair Bolsonaro (PSL) e “outros radicais de direita”, segundo revelam mensagens privadas de integrantes da força-tarefa enviadas por fonte anônima ao site The Intercept Brasil e analisadas em parceria com o UOL. A ideia era não se vincular a bandeiras político-ideológicas, de acordo com nota enviada à reportagem, como as do ex-capitão do Exército que hoje sugere que Deltan seja um “esquerdista tipo PSOL”. As informações são da UOL.

15 AGO 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Sargento vira réu por estupro de militante na ditadura

O sargento reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro de Lima, conhecido como "Camarão", se tornou réu por crimes cometidos durante a ditadura militar. Ele é acusado por sequestro qualificado e estupro (duas vezes) de Inês Etienne Romeu no imóvel conhecido como "Casa da Morte", em Petrópolis (RJ). Os crimes teriam ocorridos em 1971, segundo a denúncia do Ministério Público Federal (MPF).

A denúncia foi aceita ontem pela Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF-2) após recurso do Ministério Público Federal de Petrópolis e atuação do MPF na 2.ª Região (RJ/ES).

Em decisão por maioria (dois votos a um), a Primeira Turma al aceitou recurso do MPF contra a decisão da 1.ª Vara Federal Criminal de Petrópolis; que havia rejeitado a denúncia sob as alegações de que a conduta do militar foi alcançada pela Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) e que teria sido extinta a possibilidade de puni-lo, pois os crimes estariam prescritos desde 1983.

Ontem, a desembargadora federal Simone Schreiber e o desembargador em exercício Gustavo Arruda Macedo divergiram do relator do processo, desembargador Paulo Espírito Santo, que tinha votado anteriormente contra o recurso do MPF.

De acordo com a Procuradoria, o "imóvel conhecido como Casa da Morte foi tombado pelo Município (Decreto Municipal 610/2018) e declarado de utilidade pública em 29 de janeiro de 2019, para fins de desapropriação (Decreto Municipal 649/2019)".

"O Centro de Informações do Exército (CIE) usou a casa

na Rua Arthur Barbosa, nº 501 (antigo 668-A), Caxambu, como aparelho clandestino de tortura no período do regime militar e foi localizado por Inês Etienne Romeu, única prisioneira política a sair viva do aparelho, conforme declarações ao Conselho Federal da OAB", afirma a Procuradoria.

Comissão da Verdade. Segundo o MPF, "o imóvel foi emprestado ao Exército pelo então proprietário Mário Ladders e, segundo o tenente-coronel reformado Paulo Malhães, em depoimento prestado a Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, o local foi criado para pressionar presos a mudarem de lado, tornando-se informantes infiltrados".

"Ao menos 18 pessoas foram assassinadas ali e seus corpos permanecem desaparecidos. Além do depoimento de Inês Etienne Romeu e outros envolvidos, os atos ilícitos de cárcere privado e tortura praticados contra Inês por servidores militares entre 5 de maio e 11 de agosto de 1971 na "Casa da Morte", foram reconhecidos por decisão da 17ª Vara Federal Cível de São Paulo (processo n.º 0027857-69.1999.4.03.6100)", afirma o MPF.

Procurador critica atuação de comissão

● O procurador da República Ailton Benedito, barrado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal após ser indicado para integrar uma comissão sobre mortos e desaparecidos na ditadura, questionou a duração "infinita" do grupo. "Existe há 15 anos e até hoje não concluiu o trabalho", afirmou.

15 AGO 2019

O ESTADO DE S. PAULO



O SIMAIS
PARTICULARES.
Deltan Dallagnol,
procurador federal

15 AGO 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Deputados lançam Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia

Por iniciativa do deputado Tião Medeiros (PTB), a Assembleia Legislativa do Paraná lançou a Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Paranaense. O evento teve a presença do presidente da OAB Paraná, Cassio Teles; do presidente e do vice-presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB, Emerson Norihiko Fukushima e Dylliardi Alessi, respectivamente; da Procuradora Geral do Estado, Letícia Ferreira da Silva, além de representantes do Tribunal de Justiça do Paraná e Tribunal de Contas do Estado e de diretores, conselheiros, presidentes e membros de Comissões da OAB/PR.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Investigação suspensa

O juiz substituto Sergio Bernardinetti, da Vara da Auditoria da Justiça Militar, decretou a nulidade e trancou o inquérito da Polícia Civil que investiga a morte do jornalista Andrei Francisquini, de 35 anos, em maio deste ano, na Praça da Espanha, em Curitiba, após uma abordagem policial. Conforme a decisão liminar desta terça-feira (13), cabe à Polícia Militar (PM) investigar crimes envolvendo policiais militares e que há previsão constitucional para isso.

15 AGO 2019

Eduardo Abrão reeleito

O atual Defensor Público-Geral do Estado, Eduardo Abrão, foi reeleito nesta segunda-feira, 12, na chefia da Defensoria Geral do Paraná. Abrão teve 73 votos (76,85%) e disputou o cargo com defensora pública Andreza Lima de Menezes, que teve 22 votos. Ao todo foram 99 votos – quatro brancos e nulos. “Vamos melhorar ainda mais a qualidade dos serviços e expandir para mais comarcas que ainda não estamos presentes.” afirma Eduardo Abrão.

Ex-ministro?

No STF não há “ex-ministro” e sim ministro aposentado, por isso, se houvesse ilegalidade, o filho do ministro não teria sido indicado. O STF já firmou entendimento de que não há nepotismo, por isso avalizou a indicação de Carlos Veloso Filho para integrar o TSE.

Origem

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, determinou a suspensão imediata de investigações da Receita envolvendo mais de 130 contribuintes, agentes públicos, incluindo ministros do STF. A origem da medida vem na contramão de rede de pesca lançada pela Receita considerando rendimentos de agentes públicos superiores a R\$ 2,5 milhões ou sócios, cônjuges com rendimentos maiores do que R\$ 10 milhões. Foram identificados 134 contribuintes que passaram por análise individual, entre elas, as esposas dos ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

15 AGO 2019

METRO

Decisão, Justiça bloqueia R\$ 20 milhões de Richa

A Justiça Federal no Paraná acolheu pedido da força-tarefa Lava Jato, do MPF (Ministério Público Federal), e determinou o bloqueio de R\$ 20 milhões do ex-governador Beto Richa (PSDB) no âmbito da operação Piloto, que investiga possíveis irregularidades na licitação para a duplicação e a exploração da rodovia PR-323, no noroeste do Paraná.

O despacho prevê a indisponibilidade de bens imóveis e de veículos e o sequestro de parte de um imóvel. As mesmas medidas foram aplicadas aos outros seis réus. Eles são suspeitos de lavagem de dinheiro e pagamento de propina para o consórcio liderado pela Odebrecht vencer a licitação. A operação Piloto foi deflagrada em setembro de 2018, com base no conteúdo de depoimentos de colaboradores ligados ao



Richa é suspeito de beneficiar a Odebrecht. REPRODUÇÃO/FACEBOOK

grupo Odebrecht.

Em nota, a defesa de Beto Richa afirmou que “irá se manifestar somente nos autos do processo, diante a insistência repetitiva do Ministério Público Federal, relativamente ao tema de indisponibilidade de bens”.

● METRO CURITIBA